



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina



RELATÓRIO DE AÇÕES

Programa PertenSer

Secretaria de Acessibilidade e Inclusão

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

2025

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA 2025-2026

Presidência

Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto

1ª Vice-Presidência

Desembargador Cid José Goulart Junior

2ª Vice-Presidência

Desembargador Júlio César Machado Ferreira de Melo

3ª Vice-Presidência

Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubiali

Corregedoria-Geral da Justiça

Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli

Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial

Desembargador Artur Jenichen Filho

Coordenadoria de Magistrados

Juiz de Direito Rafael Fleck Arnt

Juízes Auxiliares da Presidência

Juíza de Direito Maira Salete Meneghetti

Juiz de Direito Rafael Maas dos Anjos

Juiz de Direito Rafael Sandi

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO PJSC

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Presidente

Juíza Auxiliar da Presidência Maira Salete Meneghetti

Integrantes:

Juliana Pasinato

Bianca Wisbeck Bernstorff Mansur

(Suplente: Marcos Leon Bianchi)
Micheline Rosa Peixoto
Helen Petry
Debora Carolina Piazza
(Suplente: Letícia Mesquita Santana)
Vanessa Zomer Fenili
Adalto Barros dos Santos
Anelise Gevaerd Nort
Marcelo Dias e Silva
Ana Carolina Serpa Schaefer Martins
Marcelo Dias e Silva
Jacqueline Ribeiro Vieira

Secretaria de Acessibilidade e Inclusão

Coordenador
Rodrigo Lima

Psicóloga
Luciana Rabello Silva

Agente de Apoio Administrativo
Katia Simone Goes Rabelo

Equipe Multidisciplinar do Programa PertenSer

Coordenador da Secretaria de Acessibilidade e Inclusão
Rodrigo Lima

Psicóloga da Secretaria de Acessibilidade e Inclusão
Luciana Rabello Silva

Juiz de Direito
Evandro Volmar Rizzo

Servidores com deficiência do primeiro grau de jurisdição
Paulo Roberto Ferronato
Andrey Eduardo Silva;
Lacir de Souza Bueno;
Gabriela Zucatti Buttner

Diretoria-Geral Administrativa

Marina Brunetto Pandini

Núcleo de Comunicação Institucional

Ana Carolina Serpa Schaefer Martins

Diretoria de Saúde

William de Oliveira Duailibi

Vanessa Zomer Fenili

Saulo Costa Pereira

Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Débora Carolina Piazza

Diretoria de Gestão de Pessoas

Fernanda Chede Rotolo Caldas

Marcelo Dias e Silva

Marcelo Parisi Freitas

Talita Santana Pereira

Diretoria de Tecnologia da Informação

Juliana Pasinato

Susi Meire Fatima Carvalho

Raphael Lobo

Álvaro Correa Simon

Diretoria de Infraestrutura

Fabiane da Silva Miguel

Diretoria de Gestão Documental e Memória

Micheline Rosa Peixoto

Academia Judicial

Luisa Bresolin de Oliveira

Unidades Parceiras

Núcleo Administrativo

Juíza de Direito Maira Salete Meneghetti

Diretoria-Geral Administrativa

Alexsandro Postali

Academia Judicial

Desembargador Luiz Felipe Siegert Schuch

Assessoria de Planejamento

Rodrigo Strobel Pinto

Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida

Graciela de Oliveira Richter Schmidt

Diretoria de Tecnologia da Informação

Daniel Moro de Andrade

Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Everton William Tischer

Diretoria de Gestão de Pessoas

Deborah Moraes de Jesus

Diretoria de Infraestrutura

Fernanda de Jesus

Diretoria de Material e Patrimônio

Guilherme e Silva Pamplona

Diretoria de Gestão Documental e Memória

Ricardo Albino França

Secretaria de Gestão Socioambiental

Helen Petry

Secretaria de Acessibilidade e Inclusão

Rodrigo Lima

Núcleo de Comunicação Institucional

Francis Silvy Rodrigues



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	9
<i>Considerações</i>	10
ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	10
<i>Metas referentes à Resolução 401/2021 do CNJ</i>	12
<i>Considerações</i>	14
ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	15
<i>Considerações</i>	16
ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA	17
<i>Considerações</i>	17
AÇÕES REALIZADAS 2025	18
<i>Considerações</i>	19
<i>Ações noticiadas 2025</i>	20
<i>Vídeo com acessibilidade comunicacional em Libras e audiodescrição publicado no Youtube do TJSC</i>	21

APRESENTAÇÃO

Apresentam-se neste relatório as atividades realizadas em 2025 pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, pelo Programa PertenSer e pela Secretaria de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. O documento consolida ações, reuniões, capacitações e eventos voltados à promoção da acessibilidade e da inclusão no âmbito do Poder Judiciário catarinense.

O relatório é disponibilizado na página institucional do Programa PertenSer (<https://www.tjsc.jus.br/web/servidor/programa-pertenser>) e encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio do PLS-Jud até o dia 28 de fevereiro do ano subsequente ao período de referência. As informações referentes às metas, ações e resultados dos indicadores são fornecidas pelas unidades participantes, compiladas pela Secretaria de Acessibilidade e Inclusão e submetidas à análise e aprovação anual da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.

Este documento apresenta a consolidação dos resultados alcançados e a evolução dos indicadores previstos no Anexo da Resolução CNJ n. 401/2021 e na Resolução GP n. 43/2022. Ao longo de 2025, a Secretaria de Acessibilidade e Inclusão, o Programa PertenSer e a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão executaram um conjunto de iniciativas estratégicas voltadas ao aprimoramento contínuo da acessibilidade e da inclusão no Poder Judiciário de Santa Catarina.

As ações realizadas incluíram reuniões, cursos, eventos, atendimentos de acolhimento e acompanhamento, avaliações ergonômicas, atendimentos em tecnologia assistiva, além de demandas relacionadas à disponibilização de intérpretes de Libras e serviços de audiodescrição. Todas as atividades foram planejadas e executadas com o propósito de assegurar os direitos das pessoas com deficiência, fortalecer a cultura institucional inclusiva e promover ambientes acessíveis a magistrados, servidores e jurisdicionados.

GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Indicadores 2025 - Resolução 401/2021 do CNJ

Indicador	Descrição	Unidade de Medida	Periodicidade	Quantidade
MagP(PcD)	Quantidade de magistrados(as) com deficiência	Magistrados(as)	Anual	5
TPEft/TPI (PcD)	Quantidade de servidores(as) com deficiência	Servidores(as)	Anual	166
TPSV (PcD)	Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência	Servidores(as) comissionados(as)	Anual	38
TPFC (PcD)	Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência	Servidores(as) com função comissionada	Anual	14
TFAuxE (PcD)	Quantidade de estagiários(as) com deficiência	Estagiários(as)	Anual	21
TFAuxT (PcD)	Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência	Trabalhadores(as) terceirizados(as)	Anual	16
TFAuxC (PcD)	Quantidade de conciliadores(as) com deficiência	Conciliadores(as)	Anual	15
TFAuxJL (PcD)	Quantidade de juízes(as) leigos(as) com deficiência	Juízes(as) leigos(as)	Anual	0
TFauxSP (PcD)	Quantidade de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias judiciais privatizadas	Trabalhadores(as)	Anual	0

TFAuxV (PcD)	Quantidade de voluntários(as) com deficiência	Voluntários(as)	Anual	2
TFAuxApr (PcD)	Quantidade de aprendizes com deficiência	Aprendizes	Anual	0

Considerações

No ano de 2025, o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina contabilizava 6.490 servidores, dos quais 166 são pessoas com deficiência. Nesse contexto, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, o Programa PertenSer e a Secretaria de Acessibilidade e Inclusão atuam de forma integrada para implementar ações e estratégias que promovam igualdade de oportunidades, garantam condições adequadas de trabalho e ampliem a participação de pessoas com deficiência nos diversos segmentos institucionais.

Os dados apresentados revelam o compromisso do Poder Judiciário de Santa Catarina com o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ n. 401/2021, evidenciando avanços significativos na identificação, registro e acompanhamento das pessoas com deficiência que integram o quadro institucional.

A aplicação da Resolução CNJ n. 401/2021 no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC) constitui instrumento essencial para o fortalecimento das políticas de acessibilidade e inclusão, estabelecendo diretrizes destinadas a assegurar condições equitativas de participação para magistrados, servidores, estagiários, terceirizados, voluntários e demais colaboradores com deficiência. Tal normativo orienta o planejamento institucional e promove ações voltadas à eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, tecnológicas e comunicacionais.

Além de atender às disposições legais e constitucionais que tratam da inclusão da pessoa com deficiência, o PJSC reafirma seu compromisso com a promoção de um ambiente organizacional mais acessível e inclusivo. A diversidade funcional amplia perspectivas, qualifica processos decisórios e contribui para a entrega de serviços mais eficientes e sensíveis às demandas da sociedade.

ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

Indicadores 2025 - Resolução 401/2021 do CNJ

Indicador	Descrição	Unidade de Medida	Periodicidade	Quantidade
-----------	-----------	-------------------	---------------	------------



Quantidade de servidores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão	Proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) em cursos sobre acessibilidade e inclusão	Quantidade	Anual	1.409
Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão	Quantidade de cursos oferecidos pelo órgão ou em parceria com outras instituições sobre acessibilidade e inclusão	Cursos	Anual	8
Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão	Quantidade de vagas ofertadas pelo órgão ou em parceria com outras instituições sobre acessibilidade e inclusão	Vagas	Anual	2.255
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) em Libras QLibrasServ	Quantidade de servidores(as) capacitados(as) em Libras, nos termos do Decreto nº 9.656/2018	Pessoas	Anual	99
Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras QLibrasAux	Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras, nos termos do Decreto nº 9.656/2018	Pessoas	Anual	0
Quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão	Quantidade gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão.	Quantidade	Anual	190
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas	Quantidade de servidores(as) capacitados(as) para o pleno atendimento de pessoa com deficiência	Pessoas	Anual	6



Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação	Quantidade de servidores(as) capacitados(as) em normas de acessibilidade digital	Pessoas	Anual	9
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura	Quantidade de servidores(as) capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica	Pessoas	Anual	2
Quantidade de ações de sensibilização	Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão	Ações	Anual	189
Ações de promoção da inclusão ACpi	Quantidade de ações realizadas pelo órgão, ou em parceria com outras instituições, voltadas para atividades destinadas às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida	Ações	Anual	56
Quantidade de contratos com atendimento em Libras QCont.Libras	Proporção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no período-base	Quantidade	Anual	65

Metas referentes à Resolução 401/2021 do CNJ

Indicador	Meta alcançada	Parcialmente Alcançada	Meta Não Alcançada
a) Promover a acessibilidade e inclusão no órgão	Meta Alcançada		



<p>a.1) Acessibilidade comunicacional: possuir 70,00% ou mais de eventos realizados com acessibilidade comunicacional, calculado pela relação (QEAc / QEt), conforme indicador 3.4 do anexo da referida resolução (10 pontos);</p>	<p>Total de eventos:178</p> <p>Total de eventos com acessibilidade: 141 79,21 (%)</p>		
<p>a) Promover a acessibilidade e inclusão no órgão</p> <p>a.2) Acessibilidade tecnológica: 5 pontos para cada recurso de tecnologia assistida que permita o uso de computadores por pessoas com deficiência visual, conforme indicador 4.2 do anexo da referida resolução, limitado ao total de 10 pontos (10 pontos);</p>	<p>Meta Alcançada</p> <p>Recursos: NVDA, Voice Over, Windows Narrator e Rybená</p>		
<p>a.3) Capacitação:</p> <p>a.3.1) realização de ação de capacitação nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência (5 pontos)</p>	<p>Meta Alcançada</p> <p>8 cursos em 2025</p>		
<p>a.3) Capacitação:</p> <p>a.3.2) percentual de servidores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência igual ou maior que 10,00%, calculado pela relação: (QS1 + QS2) / Serv (5 pontos);</p>	<p>Meta Alcançada</p> <p>Total de servidores: 7.969</p> <p>Servidores capacitados sem deficiência: 1.358 17,04 (%)</p> <p>Total de servidores com deficiência: 166</p> <p>Total de servidores com deficiência capacitados: 51 30,72 (%)</p>		
<p>a.3) Capacitação:</p> <p>a.3.3) percentual de magistrados(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência igual ou maior que 10,00% (5 pontos);</p>	<p>Meta alcançada</p> <p>Total de magistrados: 591</p> <p>Total de magistrados capacitados: 76 12,86 (%)</p>		

Considerações

Ao longo do ano de 2025, o Poder Judiciário de Santa Catarina ampliou suas ações de fomento a cultura inclusiva, alinhando-se às diretrizes da Resolução CNJ n. 401/2021. As iniciativas tiveram como foco garantir que magistrados, servidores e demais colaboradores estejam preparados para atuar de forma inclusiva e sensível às necessidades das pessoas com deficiência, fortalecendo o compromisso institucional com a acessibilidade.

Nesse cenário, foram desenvolvidos cursos, ações de sensibilização e atividades voltadas ao aprimoramento das práticas inclusivas em diversas áreas. As formações abordaram acessibilidade comunicacional, digital, urbanística e arquitetônica, contemplando tanto servidores quanto gestores, e foram ofertadas pelo próprio PJSC ou em parceria com outras instituições. A expansão das oportunidades de capacitações contribuiu para fortalecer a cultura organizacional inclusiva e assegurar atendimento adequado ao público interno e externo.

No campo da acessibilidade comunicacional, avançou-se significativamente com a capacitação em Libras, fundamental para garantir comunicação efetiva com pessoas surdas. Essa política foi reforçada pela ampliação do serviço de interpretação em Libras em eventos institucionais a exemplo das sessões de julgamento das Câmaras do judiciário catarinense, que após o mês de março de 2025 começaram a ser transmitidas e gravadas via canal do Youtube, o que assegurou maior acessibilidade e ampliou a participação de pessoas com deficiência auditiva nas atividades do PJSC.

Além disso, a capacitação de servidores das áreas de Tecnologia da Informação e Engenharia/Arquitetura desempenhou papel essencial para o cumprimento das normas de acessibilidade digital e arquitetônica. Esse esforço visa eliminar barreiras nos sistemas, ambientes físicos e interfaces tecnológicas, permitindo que pessoas com deficiência acessem e utilizem os serviços judiciais e administrativos de forma plena e independente.

No que se refere ao cumprimento das metas estabelecidas pela Resolução CNJ n. 401/2021, o PJSC alcançou os indicadores relativos à acessibilidade comunicacional, tecnológica e às capacitações de magistrados e servidores. Os percentuais obtidos demonstram avanço na implementação das ações previstas e reforçam a importância da capacitação continuada como instrumento para a consolidação de práticas inclusivas no judiciário catarinense.

Por fim, as ações de sensibilização desenvolvidas ao longo do ano contribuíram para promover mudanças atitudinais e fortalecer a cultura inclusiva nas unidades judiciais e administrativas. Esse conjunto de iniciativas evidencia o compromisso da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, do Programa PertenSer e da Secretaria de Acessibilidade e Inclusão em assegurar ambientes mais acessíveis, acolhedores e equitativos em todas as esferas do Poder Judiciário de Santa Catarina.

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Indicadores 2025 - Resolução 401/2021 do CNJ

Indicador	Descrição	Unidade de Medida	Periodicidade	Quantidade	Observação
V Acess - Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade	Quantidade de vídeos produzidos com recursos de acessibilidade (ex: legenda, janela de libras, audiodescrição)	Vídeos	Anual	276	
MAcess - Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível	Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas no site do órgão do Poder Judiciário em formato acessível (ex: descrição para as imagens que transmitem conteúdo, descrição de links com texto explicativo, alternativas para áudio e vídeo: legenda, transcrição textual, Libras, audiodescrição)	Matérias jornalísticas	Anual	3.868	
A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao			Anual	1	O site da Ouvidoria possui ferramenta neste sentido, a



público com deficiência?					exemplo do Rybená
Proporção de eventos, presenciais ou a distância, promovidos pela instituição disponibilizados por meios de comunicação acessível em relação a quantidade de eventos totais	Proporção de eventos promovidos pelo órgão contendo comunicação acessível para pessoas com deficiência em relação a todos os eventos promovidos no ano base	Eventos	Anual	141 79,21 (%)	

Considerações

O PJSC ampliou consideravelmente a oferta de tecnologias assistivas voltadas para a acessibilidade comunicacional, de modo que disponibilizou o serviço de interpretação em Língua Brasileira de Sinais - Libras por meio do Credenciamento 116/2023, Legendas e audiodescrição nos vídeos e eventos do Poder Judiciário Catarinense.

Destaca-se ainda, que a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, Programa PertenSer e Secretaria de Acessibilidade e Inclusão, buscaram junto ao Núcleo de Comunicação Institucional – NCI, ampliar a acessibilidade nas matérias jornalísticas, ofertando a descrição para as imagens que transmitem conteúdo, descrição de links com texto explicativo, alternativas para áudio e vídeo: legenda, transcrição textual, Libras e audiodescrição.

O dicionário jurídico de Libras foi reeditado e os verbetes foram reorganizados pela Academia Judicial e pela Academia Catarinense de Letras jurídicas, com isso houve o acréscimo de setenta novas palavras.

O objetivo do PJSC, para o próximo ano continuar garantindo e ampliar os recursos acessibilidade comunicacional, visando a cobertura em todos os eventos realizados pelo PJSC, com Libras, legenda e audiodescrição, proporcionando equidade de acesso para todas as pessoas.

ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

Indicadores 2025 - Resolução 401/2021 do CNJ

Indicador	Descrição	Opções
O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?	Informar se usa programas que detectam o código HTML e analisam seu conteúdo, verificando se está ou não em acordo com o conjunto das regras estabelecidas sobre acessibilidade digital	(x) sim, quais? ASES - Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios e AMAWeb - Avaliação e Monitoramento de Acessibilidade na Web.
O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?	Informar se o órgão oferece ao público interno e/ou externo tecnologias assistivas, tais como programa de leitor de tela, para possibilitar a utilização de computadores	(x) programa leitor de tela; (x) aplicativos associados a programas sintetizadores de voz; (x) ferramenta de contraste; (x) programa de ampliação de tela; (x) outros programas; ou () não fornece nenhum programa
O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?	Informar se o órgão oferece ao público interno e/ou externo tecnologias assistivas para possibilitar o uso de aplicativos de videoconferência	(x) sim, quais? Os links para acesso às videoconferências são para as ferramentas Microsoft Teams e PJSC Conecta (proprietária), ambas acessíveis por meio de navegadores que ofertam recursos de legenda em tempo real, por exemplo, entre outros. Além disso, pode ser solicitado e agendado previamente o serviço de tradução simultânea em Libras.

Considerações

O Poder Judiciário de Santa Catarina vem fortalecendo sua política de inclusão digital ao adotar práticas e ferramentas que ampliam a acessibilidade em seus ambientes virtuais, seguindo as diretrizes estabelecidas para o tema.

No caso dos seus portais, foram adotados alguns padrões de acessibilidade na web recomendados por normas e instituições, como W3C e ABNT. E, para verificar se seus conteúdos atendem aos padrões, a instituição recorre a avaliadores de acessibilidade capazes de examinar automaticamente o código das páginas e identificar barreiras que possam dificultar o acesso de pessoas com deficiência. Esses diagnósticos permitem ajustes contínuos, garantindo que os serviços digitais sejam compatíveis com recomendações técnicas e boas práticas vigentes.

Paralelamente à revisão de seus sites, o tribunal mantém à disposição uma variedade de recursos de tecnologia assistiva voltados tanto para o público interno quanto para usuários externos, por meio de recursos disponíveis em formulários, portal, sistemas internos e ferramentas de trabalho. Entre eles estão leitores de tela, softwares com síntese de voz, libras, aplicativos de aumento de contraste, programas de ampliação de texto e outras soluções que possibilitam a navegação e o uso de computadores de forma mais independente por pessoas com deficiência visual, auditiva, entre outras.

Em relação às comunicações síncronas, como reuniões virtuais e audiências, a instituição utiliza plataformas digitais que já possuem mecanismos de acessibilidade integrados, incluindo legendas automáticas. Sempre que necessário, também é possível solicitar a presença de profissionais de tradução e interpretação em Libras, garantindo que as interações ocorram de maneira inclusiva e compreensível para todos os participantes.

Além disso, tem se buscado pensar a acessibilidade na produção de conteúdos em geral, sejam vídeos e transmissões com legendas, libras e/ou audiodescrição; documentos acessíveis; imagens com texto alternativo; e-mails com verificação de acessibilidade; etc.

AÇÕES REALIZADAS 2025

Ação	Quantitativo	Observação
Entrevista psicológica de acolhimento à colaboradores com deficiência (Programa PertenSer)	18	
Atendimentos de acompanhamento à colaboradores com deficiência (Programa PertenSER)	47	
Análise ergonômica para servidores com deficiência (Programa PertenSer)	27	
Avaliação de tecnologia assistiva para servidores com deficiência (Programa PertenSer)	34	
Atividades de grupo de trabalho	19	
Diálogos individuais com gestores (chefias imediatas ou magistrados) de colaboradores com deficiência	34	
Levantamento de necessidades para acessibilidade de novos residentes jurídicos e estagiários com deficiência	11	
Rodas de conversas - cultura inclusiva	3	



5ª Semana de Acessibilidade e Inclusão	1	
Visita técnica multidisciplinar - Programa PertenSer na comarca	0	Não houve demanda
Cordões de Girassóis distribuídos para servidores com deficiências ocultas	9	
Capacitação Cultura inclusiva - fomento e realização de aulas, palestras e cursos na temática da acessibilidade e inclusão	8	
Intérpretes de Libras - contratações	65	
Audiodescrição - contratações	4	
Número de processos gerados no SEI pela unidade	70	
Número de processos que tramitaram na unidade	264	
Reuniões	54	
Envio de e-mails com questionários de acessibilidade aos residentes jurídicos com deficiência	0	Não houve demanda
Envio de e-mails com questionários de acessibilidade aos estagiários com deficiência	11	
Documentações (prontuários e pareceres técnicos)	70	
Participações da equipe em cursos/eventos/oficinas, no papel de alunos/participantes	11	
Participações da equipe em cursos/eventos/oficinas, no papel de ministrantes/palestrantes	20	

Considerações

No ano de 2025 o Poder Judiciário de Santa Catarina, por meio da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, Secretaria de Acessibilidade e Inclusão e do Programa PertenSer, intensificou a construção de um ambiente institucional mais acessível, acolhedor e alinhado às necessidades específicas dos colaboradores com deficiência. A atuação das equipes multidisciplinares demonstrou amplitude e profundidade, contemplando desde ações de cuidado individual até iniciativas coletivas de sensibilização.

Um dos pilares do programa foi o atendimento direto aos colaboradores com deficiência, que incluiu acolhimento psicológico, acompanhamento contínuo, análises ergonômicas e avaliações de tecnologias assistivas. Essas ações, personalizadas, buscaram garantir que cada colaborador dispusesse das condições físicas, emocionais e tecnológicas adequadas para o exercício pleno de suas atribuições.

A relação com gestores também recebeu atenção especial. Conversas individuais com magistrados e chefias imediatas contribuíram para esclarecer necessidades específicas, orientar práticas de inclusão e fortalecer o diálogo entre as equipes. Paralelamente, novos estagiários com deficiência tiveram suas demandas mapeadas desde o início de suas atividades, assegurando apoio imediato e direcionado.

No campo da educação institucional, o PJSC promoveu atividades e encontros reflexivos que abordaram diferentes dimensões da acessibilidade. Rodas de conversa, grupos de trabalho e capacitações contribuíram para ampliar a consciência coletiva sobre inclusão, assim como a Semana de Acessibilidade e Inclusão, que se consolidou como um espaço de compartilhamento de experiências e aprofundamento da temática, completando no ano de 2025, 5 anos de transformações no PJSC. A distribuição dos cordões de girassol reforçou a atenção da instituição às deficiências não visíveis e à importância do reconhecimento dessas condições.

A comunicação acessível também foi fortalecida por meio da contratação de intérpretes de Libras e de serviços de audiodescrição, ampliando o alcance das ações para todas as pessoas com deficiência. Questionários enviados aos colaboradores permitiram identificar e aperfeiçoar continuamente práticas voltadas à acessibilidade. Além disso, a produção de pareceres técnicos e a tramitação de processos administrativos vinculados ao

tema demonstraram o empenho e comprometimento da equipe multidisciplinar do Programa PertenSer.

A equipe envolvida nas ações não apenas participou de cursos e eventos, mas também atuou como palestrante em diversas ocasiões, compartilhando conhecimentos e difundindo a cultura inclusiva. Os resultados e atividades do programa foram amplamente divulgados nos portais e redes sociais do PJSC, reforçando a transparência e a valorização das iniciativas inclusivas.

Vale ainda destacar a conquista do Selo Linguagem Simples – Edição 2025 pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, iniciativa promovida pelo Museu do PJSC com o apoio da Secretaria de Acessibilidade e Inclusão. Essa parceria consolidou ações inovadoras voltadas à promoção de uma comunicação mais clara, inclusiva e acessível, entre elas a implementação de audiodescrição em exposições, a disponibilização de QR codes e tags, além de experiências táteis em algumas peças, garantindo às pessoas com deficiência visual pleno acesso ao acervo do museu.

Essa colaboração resultou na implementação de práticas de acessibilidade, no desenvolvimento de materiais com linguagem simples e recursos visuais e na ampliação da compreensão dos conteúdos institucionais por todos os públicos, incluindo pessoas com deficiência. O trabalho integrado dessas equipes foi determinante para que o PJSC se destacasse nacionalmente, figurando entre os três melhores tribunais estaduais do país e reafirmando seu compromisso com a cidadania, a inclusão e o acesso efetivo à justiça.

De maneira conjunta, essas ações evidenciam o esforço permanente do judiciário catarinense em garantir a acessibilidade e inclusão. O compromisso assumido pela instituição, aliado ao diálogo contínuo com os colaboradores, sinaliza a intenção de ampliar ainda mais as estratégias voltadas à promoção da acessibilidade e à valorização das pessoas com deficiência no ambiente de trabalho.

Ações noticiadas 2025

1. **TJ avança em acessibilidade e inclusão para se firmar como instituição sem barreiras**
<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/tj-avanca-em-acessibilidade-e-inclusao-para-se-firmar-como-instituicao-sem-barreiras-> [tjsc.jus.br]



2. **TJSC amplia acessibilidade com intérprete de Libras em sessões ao vivo**
<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/tjsc-amplia-acessibilidade-com-interprete-de-libras-em-sessoes-ao-vivo>
3. **Judiciário trabalha por inclusão no Dia Mundial da Conscientização sobre o Autismo**
[Judiciário trabalha por inclusão no Dia Mundial da Conscientização sobre o Autismo - Imprensa - Poder Judiciário de Santa Catarina](#)
4. **Comarca de Balneário Camboriú avança na acessibilidade com vagas exclusivas para PCDs**
[Comarca de Balneário Camboriú avança na acessibilidade com vagas exclusivas para PCDs - Imprensa - Poder Judiciário de Santa Catarina](#)
5. **Judiciário compartilha com a Alesc experiências em ações de acessibilidade e inclusão**
[Judiciário compartilha com a Alesc experiências em ações de acessibilidade e inclusão - Imprensa - Poder Judiciário de Santa Catarina](#)
6. **TJSC abre Semana Nacional de Museus com exposição histórica e inclusão na galeria institucional**
[TJSC abre Semana Nacional de Museus com exposição histórica e inclusão na galeria institucional - Imprensa - Poder Judiciário de Santa Catarina](#)
7. **Dia Mundial da Conscientização sobre Acessibilidade reforça ações do TJSC em todo o Estado**
[Dia Mundial da Conscientização sobre Acessibilidade reforça ações do TJSC em todo o Estado - Imprensa - Poder Judiciário de Santa Catarina](#)
8. **Justiça catarinense participa de evento que conecta tecnologia e inclusão social**
[Justiça catarinense participa de evento que conecta tecnologia e inclusão social - Imprensa - Poder Judiciário de Santa Catarina](#)
9. **Judiciário catarinense compartilha experiências em acessibilidade e inclusão com o MPSC**
[Judiciário catarinense compartilha experiências em acessibilidade e inclusão com o MPSC - Imprensa - Poder Judiciário de Santa Catarina](#)
10. **TJSC participa de debate sobre política nacional da pessoa com deficiência em Brasília**
[TJSC participa de debate sobre política nacional da pessoa com deficiência em Brasília - Imprensa - Poder Judiciário de Santa Catarina](#)
11. **CNJ recebe sugestões para nova política nacional de inclusão de pessoas com deficiência**
<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/cnj-recebe-sugestoes-para-nova-politica-nacional-de-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia->
12. **Tecnologia aliada à inclusão amplia a acessibilidade na Justiça de Santa Catarina**
[Tecnologia aliada à inclusão amplia a acessibilidade na Justiça de Santa Catarina - Imprensa - Poder Judiciário de Santa Catarina](#)
13. **Painel abordará 10 Anos da Lei Brasileira de Inclusão e 5 Anos da Semana de Acessibilidade e Inclusão no PJSC**
[Painel abordará 10 Anos da Lei Brasileira de Inclusão e 5 Anos da Semana de Acessibilidade e Inclusão no PJSC - Academia Judicial - Poder Judiciário de Santa Catarina](#)



14. **TJ promove 5ª Semana de Acessibilidade e Inclusão e celebra 10 anos da LBI** [TJ promove 5ª Semana de Acessibilidade e Inclusão e celebra 10 anos da LBI - Imprensa - Poder Judiciário de Santa Catarina](#)
15. **TJSC celebra conquistas das pessoas com deficiência na 5ª Semana de Acessibilidade e Inclusão** <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/tjsc-celebra-conquistas-das-pessoas-com-deficiencia-na-5-semana-de-acessibilidade-e-inclusao>
16. **TJSC amplia acessibilidade e faz da sua história uma experiência sensorial** <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/tjsc-amplia-acessibilidade-e-faz-da-sua-historia-uma-experiencia-sensorial>
17. **TJSC é contemplado pelo CNJ com Selo Linguagem Simples em cerimônia nacional** <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/tjsc-e-reconhecido-pelo-cnj-com-selo-linguagem-simples-em-cerimonia-nacional>
18. **Academia Judicial reedita Dicionário Jurídico de Libras em parceria com a Acalej** <https://www.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/-/academia-judicial-reedita-dicionario-juridico-de-libras-em-parceria-com-a-acalej>

Vídeo com acessibilidade comunicacional em Libras e audiodescrição publicado no Youtube do TJSC

- Programa PertenSer

[Programa PertenSER - COM LIBRAS E AUDIODESCRIÇÃO](#)   :

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=nlg8R1l6COE>

Florianópolis, 03 de fevereiro de 2026.

Maira Salete Meneghetti

Juíza Auxiliar da Presidência

Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Rodrigo Lima

Coordenador da Secretaria de Acessibilidade e Inclusão